

A EMBAIXADA DO BRASIL EM BARCELONA: A TRANSFERÊNCIA DA SEDE DA CHANCELARIA BRASILEIRA PARA A CATALUNHA NA GUERRA CIVIL ESPANHOLA (1938-1939)

DOI: 10.61623/cpe.v11n16.a12



Fernando Sousa Leite¹

Táisa Passoni Marçal²

Ivan Tamaki Monteiro de Castro³

Resumo

Em 1938, no auge da Guerra Civil Espanhola, a sede da Embaixada do Brasil na Espanha foi transferida de Madri para Barcelona. O Consulado-Geral na capital da Catalunha passa, então, a responder também pelos interesses políticos nacionais no país ibérico. O prédio da chancelaria em Madri é mantido em posse do Estado brasileiro e recebe fluxo de solicitantes de asilo. Ao final do conflito, há episódios de agressão, detenção e subtração de bens do último Embaixador em Madri durante a Segunda República Espanhola. Além disso, o encarregado de negócios fixa residência em Arenys de Mar e presta assistência a crianças catalãs. Esses acontecimentos expõem a atuação da diplomacia brasileira no convulsionado contexto da Guerra Civil Espanhola e antecipam posicionamento equidistante entre republicanos e nacionalistas, o que se repetiria pouco depois no início da Segunda Guerra Mundial.

Palavras-chave: Guerra Civil Espanhola; Barcelona; diplomacia brasileira; Getúlio Vargas; Francisco Franco.

1 Diplomata (Segundo-Secretário). Serve, desde 2023, como Cônsul Adjunto no Consulado-Geral do Brasil em Barcelona, onde chefa o Setor Cultural e Educacional.

2 Diplomata (Terceira-Secretária). Lotada, desde 2024, na Divisão de Biodiversidade do Ministério das Relações Exteriores.

3 Oficial de Chancelaria. Serve, desde 2022, como Vice-Cônsul no Consulado-Geral do Brasil em Barcelona, onde chefa o Setor de Administração.

Os autores agradecem os comentários e sugestões do Ministro Marcus Rector, do Conselheiro Luís Fernando Machado e da Oficial de Chancelaria Gabriela Corsino, todos atualmente lotados no Consulado-Geral do Brasil em Barcelona.

THE BRAZILIAN EMBASSY IN BARCELONA: THE TRANSFER OF THE HEADQUARTERS OF THE BRAZILIAN CHANCELLERY TO CATALONIA DURING THE SPANISH CIVIL WAR (1938-1939)

Abstract

In 1938, at the height of the Spanish Civil War, the headquarters of the Brazilian Embassy in Spain was transferred from Madrid to Barcelona. The Consulate General in the Catalan capital then became responsible for Brazil's political interests in the Iberian country. The chancellery building in Madrid remained in the possession of the Brazilian state and received an influx of asylum seekers. At the end of the conflict, there were episodes of aggression, detention and theft of property belonging to the last Ambassador in Madrid during the Second Spanish Republic. In addition, the chargé d'affaires took up residence in Arenys de Mar and provided assistance to Catalan children. These events expose the actions of Brazilian diplomacy in the convulsed context of the Spanish Civil War and anticipate an equidistant position between republicans and nationalists, which would be repeated shortly afterwards at the start of the Second World War.

Keywords: Spanish Civil War; Barcelona; Brazilian diplomacy; Getúlio Vargas; Francisco Franco.

LA EMBAJADA DE BRASIL EN BARCELONA: EL TRASLADO DE LA SEDE DE LA CANCELLERÍA BRASILEÑA A CATALUÑA DURANTE LA GUERRA CIVIL ESPAÑOLA (1938-1939)

Resumen

En 1938, en pleno apogeo de la Guerra Civil Española, la sede de la Embajada de Brasil en España se trasladó de Madrid a Barcelona. El Consulado General en la capital catalana pasó entonces a responder también por los intereses políticos nacionales en el país ibérico. El edificio de la cancillería en Madrid siguió siendo propiedad del Estado brasileño y recibió un flujo de solicitantes de asilo. Al final del conflicto, se producen episodios de agresión, detención y sustracción de bienes del último embajador en Madrid durante la Segunda República Española. Además, el encargado de negocios fija su residencia en Arenys de Mar y presta asistencia a niños catalanes. Estos acontecimientos ponen de manifiesto la actuación de la diplomacia brasileña en el convulso contexto de la Guerra Civil Española y anticipan una posición equidistante entre republicanos y nacionalistas, que se repetiría poco después, al inicio de la Segunda Guerra Mundial.

Palabras clave: Guerra Civil Española; Barcelona; diplomacia brasileña; Getúlio Vargas; Francisco Franco.

Episódio pouco conhecido da história da política externa brasileira diz respeito ao período em que a Embaixada do Brasil na Espanha funcionou, por breve período, em Barcelona, e não em Madri. Ocorria no teatro espanhol aquela que passaria à história como a antessala da Segunda Guerra Mundial: a Guerra Civil Espanhola, e que anteciparia a dimensão internacional do conflito iniciado logo em seguida, entre Aliados e Eixo.

Em 17 de julho de 1936, os autodenominados “nacionalistas” sublevaram-se contra o governo republicano recém-eleito de Manuel Azaña, da Frente Popular espanhola, por acreditarem que esta representava uma ameaça comunista, contrária, portanto, aos “valores tradicionais da sociedade espanhola católica”, de acordo com a historiadora Thaís Battibugli (2018, p. 43). Tinha início, assim, a Guerra Civil Espanhola, que se estenderia até 1º de abril de 1939, com a queda da Segunda República e a ascensão do caudilho Francisco Franco ao poder.

O que os revoltosos inicialmente planejaram que fosse uma rápida sublevação, um *alzamiento*, acabou por se tornar longo e desgastante conflito (Preston, 2016). Inicialmente, mesmo com a eclosão do conflito, o governo republicano manteve a sede oficial em Madri, mas, com o avanço das tropas nacionalistas, já em novembro de 1936, o governo da Segunda República decidiu trasladar temporariamente a sede para Valência, por razões de segurança.



13. Spanish Civil war 1936–39: anarchist militia in Barcelona, 1936, on an improvised armoured vehicle.

Fonte: HOBSBAWM, Eric J. *The Age of Extremes: 1914-1991*. New York: First Vintage Books, 1996.

A eclosão da conflagração acarretou consequências quase que imediatas para o funcionamento regular das representações diplomáticas do Brasil na Espanha. Como destaca Rogério de Souza Farias, em 22 de agosto de 1936, menos de dois meses depois da sublevação de 17 de julho contra a Frente Popular,

o governo autorizou os funcionários diplomáticos e consulares na Espanha a se retirarem do país, levando os brasileiros que os quisessem acompanhar, acautelando da melhor forma os arquivos e valores existentes (Farias, 2021, p. 243).

O governo brasileiro, portanto, autorizou a evacuação dos funcionários e nacionais brasileiros do país antes mesmo que houvesse a primeira mudança de sede governamental. Ainda assim, a embaixada seguiu funcionando em Madri, chefiada por Alcebiades Peçanha, irmão do ex-presidente da República Nilo Peçanha. Em outubro de 1937, menos de um ano depois, o governo republicano estabelece a sede de seu governo em uma terceira cidade, dessa vez em Barcelona, como forma de escapar ao crescente avanço militar dos nacionalistas. Em meio ao acirramento político ocasionado pela conflagração bélica entre republicanos e nacionalistas, o embaixador Alcebiades Peçanha endereça comunicação ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 11 de dezembro de 1937, em que informa a mudança da sede do governo espanhol, a Segunda República espanhola, para Barcelona (Brasil, 1937). O embaixador Peçanha optou mais uma vez por permanecer no posto até 5 de fevereiro de 1938, quando assume, como encarregado de negócios, o primeiro-secretário Carlos da Silveira Martins Ramos.

Dois meses depois, em 10 de fevereiro de 1938, Martins Ramos comunica de Barcelona que “não se justifica mais, pelo menos por ora, a nossa permanência em Madri, centro principal da trágica contenda que há quase dois anos mantém divididos a Espanha e os espanhóis em dois campos distintos” (Brasil, 1938a). No mesmo documento, Martins Ramos relata intenção, manifestada pelo próprio secretário-geral do Ministério de Estado espanhol, de que a sede da chancelaria da Embaixada fosse provisoriamente transferida para a capital da Catalunha, seguindo o “exemplo das embaixadas de Grã-Bretanha, França, Argentina, México, Bélgica, Estados Unidos da América e legações da Suécia, Holanda, Noruega, etc.” (Brasil, 1938a).

A transferência da sede da Embaixada no Brasil na Espanha para Barcelona

A sede é transferida para Barcelona em 4 de março de 1938, após autorização da Secretaria de Estado das Relações Exteriores e, a partir de 25 de março de 1938, a expressão “Embaixada em Barcelona” passa a constar das comunicações oficiais. O Palácio Itamaraty, então sede do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro, começa a enviar expedientes “À Embaixada em Barcelona”, com instruções específicas de como proceder em meio ao conflito espanhol, em especial no que diz respeito aos asilados recepcionados em Madri.

Os interesses políticos, consulares e administrativos do Brasil no convulsionado contexto espanhol eram tratados desde Barcelona. Não foi designado embaixador para a cidade, e os ofícios enviados ao Rio de Janeiro ainda levam a assinatura do encarregado do Consulado-Geral, Martins Ramos. Em razão de muitos temas sensíveis tratados, parte considerável dos expedientes recebem algum grau de classificação.

Ainda assim, as instalações da Embaixada foram mantidas operantes em Madri, para preservação do arquivo permanente e da biblioteca. O prédio da Embaixada também acabou ficando responsável pelos “arquivos da embaixada do Japão, que haviam sido confiados ao embaixador Peçanha pelo seu colega do Japão, quando do rompimento de relações entre aquele país e a Espanha” (Brasil, 1939a). Além disso, questão humanitária se impunha à diplomacia brasileira, uma vez que “acoreu a essa embaixada um grande número de pessoas, de ambos os sexos, algumas de nacionalidade brasileira, em busca de asilo [...] no prédio da embaixada, no Paseo de la Castellana, n. 55”, de modo que se procedeu ao aluguel da “casa adjacente, n. 57, que passou a ser denominada ‘o anexo’, onde viveram os asilados” (Brasil, 1939a). Ao final do conflito, sessenta pessoas foram recebidas pelo embaixador Peçanha e acolhidas durante algum período nas instalações da embaixada do Brasil em Madri, “tendo permanecido a maioria até a tomada dessa capital pelas forças nacionalistas” (Brasil, 1939b), que aconteceria, finalmente, em janeiro de 1939.

Porém, antes disso, e com o passar do tempo, o encarregado de negócios em Barcelona começou a questionar a política de concessão de asilo implementada pelo Brasil em Madri. Segundo Martins Ramos, “os insubmissos, refugiados no ‘anexo’, não corriam perigo de nenhuma espécie, a não ser o de terem de servir nas filas do exército republicano”. Além disso, para o encarregado de negócios, o Brasil sequer poderia acolher em sua embaixada adultos

sujeitos a alistamento militar, a não ser em caso de deserção. Para reforçar seu argumento de inadequação da medida tomada, Martins Ramos chega a relatar episódio de “pugilato” entre os asilados, em ofício dirigido à Secretaria de Estado (Brasil, 1938b).

A neutralidade estratégica de Vargas entre republicanos e nacionalistas

Apesar de sua simpatia com relação a Francisco Franco, Getúlio Vargas opta por não se posicionar abertamente na conflagração espanhola. Ainda que tivesse posições coincidentes com os membros da Falange franquista, o Brasil não rompeu com os republicanos durante o conflito.

A doação de *commodities* em 1936 exemplifica o posicionamento do Brasil. Nesse ano, Vargas enviou extraoficialmente café e açúcar para as tropas franquistas, gesto que lhe valeu agradecimento do próprio Franco, por meio de carta enviada de seu quartel general em Salamanca. Na missiva, identificada pela historiadora Eliane Venturini, Franco agradece

o envio de café e açúcar para as tropas que estavam lutando contra as ‘hordas marxistas’. Afirmava que a Espanha estava ligada ao Brasil por ‘vínculos espirituais e afetivos’. E dizia ainda que, atendendo ao pedido de Vargas, a doação seria mantida ‘dentro da mais estrita reserva’ (Venturini, 2022, p. 233).

Franco demonstrava estar ciente das consequências políticas que aquela aproximação poderia acarretar ao garantir que a doação permaneceria em sigilo, razão por que sugere dar publicidade ao gesto do mandatário brasileiro somente quando as circunstâncias assim o permitissem, “para que todo o povo espanhol pudesse agradecê-lo” (Franco, 1936)⁴.

Se os nacionalistas, ainda longe de conquistarem o governo, receberam seu quinhão do governo brasileiro, Vargas não deixaria de demonstrar o seu aceno à parte contrária, o governo republicano. No mesmo ano, 1936, o Brasil faz nova doação de café à Espanha, dessa vez à Segunda República (Venturini, 2022), e, dessa vez, oficialmente. O gesto ganhou repercussão no jornal catalão *La Vanguardia*. Em entrevista, o ministro das Relações Exteriores

4 A carta enviada por Franco a Vargas consta do acervo do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil. CPDOC/FGV (1936). “Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas agradecendo o envio de sacas de café e açúcar para suas tropas (Vol. XXIV/44). Salamanca, 26/outubro/1936”. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/correspvgv2/7898>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

espanhol, Alvarez del Vayo, agradece a doação de 300 mil quilos de café, a serem “remetidos à população civil” (Brasil, 1938c).

Outro episódio que exemplifica a neutralidade está registrado em expediente datado de dezembro de 1938, no qual Martins Ramos faz uma leitura contemporânea dos eventos, que foi posteriormente confirmada em termos históricos. O expediente trata da conveniência de se designar interlocutor junto ao general Franco, em Burgos⁵, a exemplo do que vinham fazendo outros países, Martins opina em favor da manutenção da neutralidade no conflito e desaconselha o estabelecimento de relações com o governo de Burgos frente ao flagrante desrespeito ao direito internacional, posição que é seguida pelo governo brasileiro.

Em 29 de dezembro de 1938, Martins Ramos envia novo ofício ao Rio de Janeiro para tratar da repatriação de brasileiros que combateram nas fileiras republicanas e que se encontravam, naquele momento, em “diversos campos de concentração estabelecidos no território da república”. Segundo ele, o número, informado em comunicação anterior, de 24 brasileiros aprisionados estaria subestimado: seriam cerca de 40⁶. Nesse contingente havia “vários antigos oficiais do exército brasileiro, que estiveram envolvidos na intentona comunista de 1935, como o capitão Costa Leite, que aqui alcançou o grau de coronel do exército popular” (Brasil, 1938, d). Esses militares estavam condenados por tribunais brasileiros em razão de sua participação no levante de 1935. Ainda assim, o Brasil tinha intenção de repatriar esses nacionais.

Em despacho ao ofício de Martins Ramos, a Secretaria de Estado informava que “o governo espanhol, fiel ao compromisso assumido perante o Comitê de Não Intervenção, decidiu proceder à desmobilização e repatriação dos combatentes estrangeiros, e deseja saber se o governo brasileiro estaria de acordo em repatriar cerca de quarenta nacionais, inclusive os voluntários no exército republicano, que são em número de vinte e quatro”. As despesas, no entanto, deviam correr “por conta do governo brasileiro, a partir da fronteira franco-espanhola”. Outra condição estipulada pelo Brasil era que “nenhuma pena seja imposta aos repatriados”. A repatriação, nesse sentido, implicava anistia na Espanha.

5 Como explica a historiadora Eliane Venturini (2018, p. 157-158), “Governo de Burgos” (também chamado de “Zona Nacional”) dizia respeito ao “nome dado ao governo rebelde, cujo núcleo se instalou na cidade de Burgos, ao norte de Castilla y León”.

6 Vinte e quatro dizia respeito somente ao número de voluntários do exército republicano.

A residência em Villa Carmen

Com a intensificação da Guerra Civil Espanhola e o avanço das tropas franquistas sobre a Catalunha, a degeneração das condições de segurança na capital da província, Barcelona, passa a desaconselhar a permanência de repartições diplomáticas naquela cidade. Entre os dias 16 e 18 de março de 1938, Barcelona sofreu série de ataques aéreos pelas forças italianas, em apoio aos nacionalistas, que castigaram duramente o centro da cidade e mataram milhares de pessoas (Villa, 2017).

Essas circunstâncias fizeram com que o governo republicano orientasse as representações estrangeiras a mudarem suas sedes de Barcelona para a região do Maresme, litoral ao norte daquela cidade, particularmente nos municípios de Caldes d'Estrac, Sant Vicenç de Montalt, Arenys de Mar, Premià de Dalt e Sant Andreu de Llavaneres.

Nesse contexto, foram instaladas naquela região as Embaixadas da Argentina, Bélgica, Bolívia, Bulgária, Costa Rica, Estados Unidos, França, México, Nova Zelândia, Panamá, Reino Unido, Suécia e Suíça; assim como os Consulados do Chile, Dinamarca, França e Reino Unido (Consell Comarcal del Maresme, 2023).

Martins Ramos estabelece residência em Villa Carmen, Arenys de Mar, “a cerca de 40 quilômetros de Barcelona”, onde passa, juntamente com sua esposa, a “atender às necessidades das crianças mais necessitadas da localidade, oferecendo-lhes bissemanalmente, às quartas-feiras e sábados, um almoço e uma merenda”. O casal atendia a crianças de 6 a 12 anos de escolas de Arenys de Mar, que compareciam à residência em grupos de até 50 estudantes. Na casa era oferecida comida obtida em Perpignan, cidade do sul da França (próximo à fronteira com a Espanha e a cerca de 200 quilômetros de Barcelona) (Consell Comarcal del Maresme, 2023, p. 77).

O diplomata sugere que a ajuda, conferida em caráter pessoal pelo casal, fosse transformada em contribuição de cunho oficial, com a criação de “El Hogar Brasileño” (Brasil, 1938e), a exemplo do que faziam outros países, como a Suécia. De acordo com Ismara Izepe de Souza,

o Itamaraty não autorizou a formalização desse tipo de auxílio, haja vista as desconfianças que pairavam sobre os republicanos espanhóis e a alegada falta de verbas para gastos extraordinários da Secretaria de Relações Exteriores (de Souza, 2018, p. 23).



Fonte: Residência oficial do Brasil em Villa Carmen, Arenys de Mar. In: CONSELL COMARCAL DEL MARESME. *La Guerra Civil al Maresme*. Maresme: La impremta d'Argentona, S.L, p. 77, 2023.



Grupo de crianças espanholas auxiliadas por Carlos da Silveira Martins Ramos. Fotografia anexada ao ofício n.110 de Carlos da Silveira Martins Ramos, encarregado de negócios do Brasil para Oswaldo Aranha, ministro das Relações Exteriores. Barcelona, 01 nov. 1938. Lata 716, maço 10364. Arquivo Histórico do Itamaraty/RJ.

Em 10 de fevereiro de 1939, após a tomada de Barcelona pelos nacionalistas, que marcaria última fase da Guerra Civil Espanhola, Martins Ramos, de Perpignan, redige uma carta ao então Secretário-Geral das Relações Exteriores, Cyro de Freitas Valle. Na missiva, relata ter sido “o último diplomata estrangeiro a partir”, levando o arquivo do posto. O Consulado-Geral dos Estados Unidos do Brasil em Barcelona ficaria sob a encarregatura do Cônsul-Adjunto Aluísio Magalhães, e a estrutura da residência oficial é mantida em Arenys de Mar sob os cuidados da cozinheira, de nacionalidade húngara, e dos demais contratados. O anexo da Embaixada em Madri continuava a abrigar os 40 asilados.

Ainda que denotasse hesitação, no início da carta, em avançar sua posição sobre o eventual fim do conflito, Martins Ramos não se mostrava necessariamente otimista com a deserção de um terço do exército republicano para o lado adversário, incluindo “alguns dos principais chefes militares e políticos” que abandonavam “covardemente o país”, e a retomada de cidades quase sem resistência, como Tarragona, Girona, Figueras e mesmo a capital da Catalunha, Barcelona:

O caso espanhol é tão completo, que ninguém se aventura a fazer prognósticos. A guerra civil pode ter um desfecho rápido, mas também pode demorar alguns meses mais. Ninguém previu o fim trágico do exército da Catalunha que se supunha devidamente aparelhado para resistir até o próximo verão. O próprio governo foi colhido de surpresa. E surpresas terríveis vêm tendo desde então. Nenhuma só das linhas de resistência aguentou o ataque nacionalista, apoiado por contingentes italianos poderosíssimos (Brasil, 1939d).

Em meio a esse cenário, Martins Ramos vaticinava: “Franco domina neste momento 98% da Catalunha. Amanhã provavelmente sua ocupação integral estará terminada”. Ao encerrar a correspondência, Ramos abandona a postura ambígua frente aos acontecimentos:

Repito minha opinião sobre a situação: o governo republicano está morto; o exército republicano, por sua vez, vai morrendo de inanição, por falta de comida. Valerá mesmo a pena continuarmos aqui, velando um defunto? V. saberá melhor do que eu. Mas a verdade é que me repugna emprestar a solidariedade do Brasil a meia dúzia de políticos que, por orgulho apenas, desejam prolongar essa matança que dura há quase três anos. Aliás, devo dizer que o governo republicano não se preocupa no mais mínimo conosco. Desde que abandonou

Barcelona às pressas, perdemos todo e qualquer contato com os seus chefes (Brasil, 1939d).

Como explica Venturini (2022, p. 234), “em março do mesmo ano (1939), o Brasil reconhece Franco como o representante legítimo do povo espanhol”, em consonância com o posicionamento adotado por outros países, a exemplo de França e Reino Unido. O problema dos asilados na sede da Embaixada em Madri também era resolvido; afinal, como recorda a historiadora Ismara Izepe de Souza, “antes do término da guerra, três dezenas de asilados abandonaram a representação brasileira” (de Souza, 2018, p. 26).

A atuação da diplomacia brasileira no desfecho da Guerra Civil Espanhola

Logo após a vitória de Franco, Martins Ramos é instruído pelo governo brasileiro a deixar a encarregatura de negócios da Embaixada do Brasil na Espanha. Em seu lugar, é designado Argeu de Segadas Machado Guimarães.

Em junho de 1939, consolidado o franquismo, o novo encarregado redige extenso ofício, de caráter confidencial, sobre o “perfil moral do generalíssimo Franco” (Brasil, 1939c), em que enaltece a personalidade do caudilho e seu espírito de liderança frente aos seus governados – chamado por seus soldados de “*capitán Franquito*”. A admiração se estende ao comportamento de Franco, que, segundo Guimarães, “nunca fumou um cigarro, nem bebeu um copo de vinho”, e que “confirmou a sentença de morte” de seu próprio cunhado, “um dos chefes da base aérea de Tetuán”, no início da sublevação militar. Até mesmo a suposta benevolência do general frente à administração dos tribunais de exceção instaurados por Franco é elogiada por Argeu Guimarães:

Para dar uma ideia: muitas dezenas de tribunais funcionam no país para proceder à “depuração” de todas as classes, sendo diárias as condenações à pena capital; nenhuma das sentenças se cumpre sem a prévia revisão do caudilho, o que, em meio de exaustivos labores, estuda todas as peças de convicção, libelos e arrazoados, em cada caso, para ter a certeza de que a justiça não é afoita, nem precária. Os condenados esperam, dessarte, até seis meses a execução da sentença que, por virtude e equanimidade do chefe do Estado, pode ser, em suprema instância, à última hora, atenuada (Brasil, 1939c).

Com posição marcadamente pró-Franco, o diplomata encerra sua correspondência endereçada ao ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha com um “elogio ao caudilho”:

Singular e notável por muitos títulos, Francisco Franco encarna, no moderno ambiente espanhol, o tipo puro e clássico do “caudilho”, assumindo essa palavra um elevado sentido, que não conhecemos em nosso léxico e caracteriza uma forte personalidade, guia e árbitro capaz de arrastar atrás de si todo um povo (Brasil, 1939c).

O fim da Guerra Civil Espanhola, no entanto, não implicou, imediata e conseqüentemente, normalização das relações diplomáticas entre Brasil e Espanha em termos práticos. Argeu Guimarães despacha inicialmente seus ofícios para o Itamaraty de San Sebastián, no País Basco, ao norte da Espanha. Por ocasião da inspeção do estado da embaixada em Madri no pós-conflito, verifica-se que haviam sido “saqueados os pertences do embaixador Peçanha e do secretário Fernandes Pinheiro” (Brasil, 1939b), deixados nas instalações da chancelaria.

O embaixador Alcebiades Peçanha foi instado a apresentar-se ao Tribunal Militar em junho de 1939, para prestar esclarecimentos sobre denúncias de maus tratos apresentadas por três testemunhas a asilados do anexo da Embaixada no começo do conflito. Além disso, “ao dirigir-se para o edifício do apartamento da embaixada foi covarde e barbaramente agredido, inclusive por oficiais⁷ que o acompanhavam” (Brasil, 1939e). No mesmo dia, Peçanha é detido e aconselhado, pelo delegado do Ministério dos Negócios Estrangeiros, “a abandonar a Espanha”, que “já havia sido mandado pôr em liberdade o embaixador Alcebiades Peçanha” (Brasil, 1939f), o que só ocorre cinco dias depois. O embaixador Peçanha deixa a Espanha logo após o ocorrido. De acordo com Argeu Guimarães, não se trata de episódio isolado.

Importa assinalar, finalmente, que os casos de indelicadeza e violência contra diplomatas, em função ou não, têm se repetido na Espanha atual, acentuando-se a intransigência com que são perseguidas as pessoas que tiveram contato com as autoridades da extinta República Espanhola, ainda que contra as mesmas não prevaleça qualquer acusação especial (Brasil, 1939g).

7 Nesse caso, oficiais espanhóis.

Diante da agressão e prisão sofrida por Peçanha, o Itamaraty prepara nota verbal à Embaixada da Espanha, na qual propõe medida de reciprocidade, caso o embaixador não fosse “posto imediatamente em liberdade, e possa deixar o território espanhol cercado de todas as garantias a que tem direito”. Na comunicação assinada por Macedo Soares, que “deixou de ser passada por ter sido o assunto resolvido satisfatoriamente”, propunha-se “usar de inteira liberdade de ação com relação à representação diplomática espanhola no Rio de Janeiro, e nessa conformidade fará o que lhe ditarem as circunstâncias” (Brasil, 1939h).

Em 16 de novembro de 1939, com a relativa normalização das relações diplomáticas com a Espanha franquista, o Brasil envia à Embaixada em Madri telegrama em que pede para “enviar informações sobre Raimundo Fernández-Cuesta para quem o governo espanhol acaba de solicitar *agrément* como embaixador” no Brasil. No dia seguinte, Abelardo Roças responde que Fernández-Cuesta foi “ministro da Agricultura do anterior gabinete, ex-ministro, secretário da Falange, consultor jurídico da Armada e personalidade de maior destaque do *regímen* atual, tendo sido prisioneiro dos comunistas durante um ano e depois permutado”. Após concessão do *agrément*, Raimundo Fernández-Cuesta seria o primeiro embaixador da Espanha do Brasil durante a ditadura de Francisco Franco, regime que duraria até 1975.

A vitória de Franco animou a campanha da Alemanha de Hitler e da Itália de Mussolini na Segunda Guerra Mundial. No entender de Julián Casanova (2007, p. 261), o cenário internacional do final da década de 1930 reunia condições que não propiciavam a paz, o que afetou significativamente a duração e o desenlace dos eventos da Guerra Civil Espanhola. Em igual sentido, Paulo Roberto de Almeida (2022, p. 164) afirma que o conflito foi “uma guerra civil internacional, ainda que travada essencialmente no território europeu”. Assim como fazia Portugal salazarista, o caudilho espanhol optou por se manter neutro no conflito e logrou estender seu regime até 1975. Getúlio Vargas, por sua vez, foi instado a abandonar a equidistância pragmática e a declarar guerra ao Eixo em 1942, em consonância com o posicionamento adotado pelos Estados Unidos e parte significativa dos países da América Latina. A participação do Brasil no conflito, que expressava a incoerência entre o combate a regimes fascistas no exterior e a manutenção do Estado Novo internamente, seria apontada como uma das causas que acarretaria a derrocada de Vargas em 1945.

Com o fim do conflito, o proprietário do prédio sede da chancelaria brasileira em Madri pede ao Itamaraty que “desocupe o prédio do Paseo de la Castellana n. 57, a fim de habitá-lo” (Brasil, 1939h). A representação brasileira

deixa o endereço de Castellana em 1941 e, desde então, localiza-se na calle Fernando El Santo, nº 6, imóvel adquirido em caráter definitivo em 1944⁸, onde funciona até hoje.



Fonte: “Edifício da Embaixada do Brasil em Madri”. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-madri/madri-arquivos/historia-do-edificio-da-embaixada>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

A atuação da diplomacia brasileira na Espanha no período da Guerra Civil reflete traço identificado pela historiografia na política externa do governo Vargas. De certo modo, o “jogo duplo” (Cervo e Bueno, 2011), a “equidistância pragmática” (Moura, 1980) ou o que chamamos aqui de “neutralidade estratégica” podem ser identificados nos gestos feitos a cada um dos campos envolvidos no conflito, a nacionalistas e republicanos. Por um lado, o reconhecimento legal ao governo da Segunda República até o final do conflito – inclusive com a mudança de sede da Embaixada em Madri para Barcelona e, por fim, a Arenys de Mar, ao norte daquela cidade –, com a vitória das tropas franquistas; por outro, a doação de café e açúcar aos revoltosos (Venturini, 2022).

Além disso, a concessão de asilo, em Madri, a nacionalistas, fugitivos do regime republicano (Souza, 2018), e a acolhida, em Arenys de Mar, a

8 Ver: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/embaixada-madri/madri-arquivos/historia-do-edificio-da-embaixada>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

crianças, grupo agudamente afetado pelas consequências de conflitos armados também corroboram a atitude equidistante do Itamaraty em meio ao conflito. As “contradições existentes no seio do próprio governo” (Cervo e Bueno, 2011, p. 252), com atores mais ou menos inclinados aos Estados Unidos ou à Alemanha, podem ser observadas também nas leituras e posições adotadas frente a nacionalistas e republicanos na Espanha.

O Consulado-Geral do Brasil em Barcelona no pós-Guerra Civil Espanhola

O Consulado-Geral em Barcelona foi o primeiro posto do diplomata João Cabral de Melo Neto, que morou na cidade inicialmente entre 1947 e 1950, onde serviu como vice-cônsul e publicou *O cão sem plumas*. O poeta volta a residir na capital catalã entre 1967 e 1970, quando exerce o cargo de cônsul-geral. Nesse período, a representação consular brasileira estava situada no “*rascacielos* Urquinaona”, também conhecido como edifício Fàbregas, na Praça Urquinaona, como relembra o professor Basilio Losada Castro (2009).

O poeta dinamizou a vida cultural de Barcelona em seus anos mais difíceis, de acordo com Losada Castro. Em um país dominado pelo signo do franquismo, Cabral mantém relações de amizade com expoentes do movimento vanguardista *Dal al Set*, como Joan Brossa, Antoni Tàpies e Joan Ponç, entre outros. Nas palavras de Brossa acerca de João Cabral,

Sua ideia era que a poesia deveria indicar um caminho de crítica social, mas sem jamais se submeter a qualquer teoria. Era algo muito inteligente, algo que naquele momento, final dos anos 40, começo dos anos 50, não era discutido pelos artistas de Barcelona. Vivíamos muito limitados durante o franquismo e ele abriu novas perspectivas para nós com suas ideias. Cabral vivia a sua época e a gente não [...] (Losada Castro, 2009)

João Cabral escreve, ainda, um livro sobre o artista Joan Miró, seu amigo pessoal⁹.

9 A obra foi editada pela Casa Amèrica Catalunya, instituição que existe desde 1911, com o intuito de divulgar a cultura de países da América Latina na Catalunha, notadamente por meio de festivais de literatura, o “KM Amèrica”, e de cinema, o “LATCinema Fest”, além de realizar exposições, seminários e outros eventos culturais, frequentemente com presença de artistas e obras brasileiros. Sua atual diretora-geral, a jornalista, editora e escritora Marta Nin, residiu no Brasil por dois anos e mantém vínculos com o país, que visita com frequência. Foi condecorada, em 2023, com a Ordem de Rio Branco. Nota dos autores.

Como descreve o historiador britânico Eric Hobsbawm, a Guerra Civil espanhola havia tornado o país ibérico “parte da vida de todos os de minha geração”. A eclosão da Guerra Civil espanhola denunciava o fracasso do multilateralismo proposto pela Liga das Nações, que optou pela não intervenção no país ibérico. A vitória do general Franco, segundo Eric Hobsbawm (1996), não teve consequências globais significativas – apenas manteve a Espanha (e Portugal) em isolamento internacional por mais 30 anos. De acordo com Hobsbawm (2002, p. 371), a Espanha,

Apesar de tudo, depois de 1945 era ainda um país estranho para os demais europeus. Na imaginação de todos nós pertencia ainda a um curioso reino no qual as imagens de revolução, guerra e derrota em paisagens áridas ficavam sobrepostas a imagens de exotismo – flamenco, castanholas, touradas, Carmen, Don José, Escamillo – e às de uma “hispanidade” genérica – Don Quixote, honra, orgulho e silêncio.

A decisão de abertura do Consulado-Geral do Brasil em Barcelona remonta ao século XIX, no contexto pós-independência do Brasil. Em 20 de maio de 1826, Felipe José Ribeiro foi o primeiro representante designado, por decreto do Imperador D. Pedro I, para exercer as funções de cônsul do Brasil em Barcelona. Ribeiro, no entanto, não consegue ser acreditado pela Espanha, uma vez que o Brasil somente obteria reconhecimento espanhol como nação independente em 1834, por resolução da então rainha regente espanhola Maria Cristina, após a morte de Fernando VII, em 1833. A existência ininterrupta de representação brasileira em Barcelona é verificada somente a partir de 1846, inicialmente como Vice-Consulado e, desde 1881, como Consulado-Geral.

O ensino de português por instituição oficial brasileira em Barcelona tem início informal em 1963, por iniciativa do então cônsul-geral. As aulas eram ministradas em instalação do Consulado-Geral (Calle Junqueras, 18) como atividade complementar de funcionários e de contratados locais. Em 1975, foi firmado contrato para aluguel de sala na prestigiada Casa Amatller, ao lado da Casa Batlló, ponto turístico situado na conhecida Avenida Passeio de Gràcia, onde, assim como o centro cultural precedente, o atual Instituto Guimarães Rosa em Barcelona funciona até hoje, com demanda crescente por ensino de português na região. Em 2021, foi estabelecido o Programa de Leitorado Guimarães Rosa junto à renomada Universidade Autônoma de Barcelona, o que confere ainda mais relevo à cooperação educacional na Catalunha.

A transferência da sede da chancelaria brasileira para a Catalunha durante a Guerra Civil Espanhola ainda é episódio pouco conhecido desses 200 anos de história do Consulado-Geral do Brasil em Barcelona. A presença constante da representação consular do Brasil em Barcelona, com setores de promoção comercial e cultural, além de ciência, tecnologia e inovação, e com comunidade estimada em mais de 80 mil consulentes em 2024¹⁰, expõe a continuidade da atuação internacional do país, em consonância com os princípios constitucionais estabelecidos. Por fim, o estudo da atuação do governo Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola antecipa a postura de neutralidade estratégica que viria a ser adotada na Segunda Guerra Mundial, como se depreende das doações de café e açúcar tanto para republicanos quanto para nacionalistas – ainda que sob sigilo neste caso –, e merece seção especial na história da política externa do Brasil.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Paulo Roberto de. O Brasil no turbilhão da guerra civil espanhola. In: SOUZA, Ismara Izepe de; OLIVEIRA, Angela Meirelles de; SILVA, Matheus Cardoso da (org.). *A Guerra Civil espanhola e as Américas*. 1. ed. São Paulo: Todas as Musas, 2022, v. 1, p. 161-196.

BATTIBUGLI, Thaís. A Guerra Civil Espanhola e a solidariedade antifascista brasileira. In: GUTIERREZ, Horácio; URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan (org.). *A Guerra Civil Espanhola e a América Latina*. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2018, v. 1, p. 31-58.

BRASIL. Ofício n. 64 da Embaixada em Madri para a Secretaria de Estado. 11 dez. 1937 [*Índice:*] Mudança da sede do governo para Barcelona. Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) 30/2/1, 1937.

BRASIL. Ofício n. 05 da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Barcelona para a Secretaria de Estado. 10 fev. 1938. [*Índice:*] Mudança da sede da chancelaria da embaixada para Barcelona. AHI 30/2/1, 1938a.

10 Com jurisdição que se estende desde o País Basco (Álava, Guipúzcoa e Vizcaya), ao Norte, até Murcia (Murcia), ao Sul, o Consulado-Geral do Brasil em Barcelona compreende também as comunidades autônomas de Aragão (Huesca, Teruel e Zaragoza), Baleares (Ibiza, Mallorca e Menorca), Catalunha (Barcelona, Girona, Lérida e Tarragona), Comunidade Valenciana (Alicante, Castellón e Valência), La Rioja (Rioja), Navarra (Navarra) e Principado de Andorra. Nota dos autores.

BRASIL. Ofício n. 130, de Barcelona para a Secretaria de Estado. [Índice:] Cena de pugilato no “anexo”. 29 nov. 1938. AJI L711 M10326, 1938b.

BRASIL. Ofício n. 85, de Barcelona para a Secretaria de Estado. [Índice:] Donativo de café brasileiro à Espanha. 26 out. 1938. AHI 54/3/6, 1938c.

BRASIL. Ofício n. 140, da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil em Barcelona para a Secretaria de Estado. 29 dez. 1938. [Índice:] Repatriação de brasileiros que combateram nas filas republicanas. AHI 30/2/1, 1938d.

BRASIL. Ofício n. 110, de Barcelona para a Secretaria de Estado. 1º nov. 1938. [Índice:] “Assistência às crianças necessitadas de Arenys de Mar”. AHI 30/2/1, 1938e.

BRASIL. Despacho n. NP/4 601.3 (84) 360.1 (569), da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para o Encarregado do Consulado-Geral em Barcelona. 1º abr. 1939. [Índice:] Estado da embaixada em Madri. AHI 31/4/2, 1939a.

BRASIL. Despacho n. NP/4 601.3 (84) 360.1 (569), da Secretaria de Estado das Relações Exteriores para o Encarregado do Consulado-Geral em Barcelona. 1º abr. 1939. [Índice:] Estado da embaixada em Madri. AHI 31/4/2, 1939b.

BRASIL. Ofício n. 69, da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil (San Sebastián) para a Secretaria de Estado. [Índice:] “Perfil moral do generalíssimo Franco”. 10 jun. 1939. AHI 30/2/2, 1939c.

BRASIL. Carta de Carlos da Silveira Martins Ramos para Cyro de Freitas Valle. 10 fev. 1939. AHI L716 M10364., 1939d.

BRASIL. Telegrama n. 84. Da Embaixada em Madri – San Sebastián para a Secretaria de Estado. [Índice:] “Detenção embaixador Alcebiades Peçanha”. 30 jun. 1939. AHI 31/5/1, 1939e.

BRASIL. Telegrama n. 85. Da Embaixada em Madri – San Sebastián para a Secretaria de Estado. [Índice:] “Detenção embaixador Alcebiades Peçanha”. 30 jun. 1939. AHI 31/5/1, 1939f.

BRASIL. Ofício n. 87. Da Embaixada dos Estados Unidos do Brasil – San Sebastián para a Secretaria de Estado. [Índice:] “As autoridades espanholas e os brasileiros”. 12 jul. 1939. AHI 30/2/2, 1939g.

BRASIL. Nota Verbal à Embaixada da Espanha (Senhor José de Carcer y Lassance, Encarregado de Negócios interino da Espanha). [Índice:] Incidente Alcebiades Peçanha. 13 jul de 1939. 601.3(84) 312.4. Nota não enviada, 1939h.

BUSSALLEU, Jacint Arxer i; TORRES, Estanislau. *La guerra civil a Arenys de Mar*. Barcelona: Publicacions de l'Abadia de Montserrat, 1999.

CASANOVA, Julián. *História de España volumen 8: República y guerra civil*. Espanha: Crítica/Marcial Pons, 2007.

CASTRO, Basilio Lousada. Cabral de Melo y España. In: CENTRO DE CULTURAL DO BRASIL EM BARCELONA. *Homenaje a João Cabral de Melo Neto*. Barcelona, 2009.

CENTRO DE CULTURAL DO BRASIL EM BARCELONA. *Homenaje a João Cabral de Melo Neto*. Barcelona, 2009.

CERVO, Amado Luiz; BUENO, Clodoaldo. *História da política externa do Brasil*. 4. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2011.

CHDD. O Brasil na trama da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Cadernos do CHDD*, Ano XVII, n. 33. Brasília: FUNAG, 2018.

CONSELL COMARCAL DEL MARESME. *La Guerra Civil al Maresme*. Maresme: La impremta d'Argentona, S.L, 2023.

CPDOC/FGV. “Carta de Francisco Franco a Getúlio Vargas agradecendo o envio de sacas de café e açúcar para suas tropas (Vol. XXIV/44). Salamanca, 26/outubro/1936”. Disponível em: <<https://docvirt.com/docreader.net/correspv2/7898>>. Acesso em: 10 dez. 2023.

FUNAG. *Legações e embaixadas do Brasil*. Brasília: FUNAG, 2021.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. *The Age of Extremes: 1914-1991*. New York: First Vintage Books, 1996.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

PRESTON, Paul. *The Spanish Civil War*. London: William Collins, 2016.

DE SOUZA, Ismara Izepe. O Brasil na trama do conflito: sociedade e governo diante da guerra civil da Espanha (1936-1939). In: GUTIERREZ, Horácio; URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan (org.). *A Guerra Civil Espanhola e a América Latina*. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2018, v. 1, p. 10-30.

VENTURINI, Eliane. *Arriba España!*: Brasileiros no Exército de Franco. In: GUTIERREZ, Horácio; URQUIDI, Vivian; NEPOMUCENO, Margarida; LAGO, Mayra Coan (org.). *A Guerra Civil Espanhola e a América Latina*. 1. ed. São Paulo: Terceira Margem, 2018, v. 1, p. 154-166.

VENTURINI, Eliane. As relações entre os governos fascistizados de Franco e Vargas no contexto da Guerra Civil Espanhola (1936-1939). *Locus: Revista de História*, v. 28, n. 2, p. 223-237, 2022.

VILLA, Laia Galego. Els bombardeigs de Barcelona durant la guerra civil: historiografia i memorialització. *Índice Histórico Español*, n. 130, 2017, p. 13-37. Disponível em: <<https://revistes.ub.edu/index.php/IHE/article/view/21379/29262>>. Acesso em: 20 nov. 2024.